

PETRÓLEO

para o povo



BRASILEIRO



Realização

Federação Única dos Petroleiros,
Sindipetro Amazonas,
Sindicato dos Químicos e Petroleiros da Bahia,
Sindipetro Ceará,
Sindipetro Duque de Caxias,
Sindipetro Espírito Santo,
Sindipetro Minas Gerais,
Sindipetro Norte Fluminense,
Sindipetro Paraná/Santa Catarina,
Sindipetro Pernambuco/Paraíba,
Sindipetro Rio Grande,
Sindipetro Rio Grande do Norte,
Sindipetro Unificado do Estado de São Paulo.

O Pré-Sal é do povo brasileiro e ninguém taça!

As mega reservas de petróleo descobertas na costa brasileira farão do nosso país uma das três maiores nações petrolíferas do mundo. Localizadas em águas ultra-profundas, abaixo da camada de sal – o chamado Pré-Sal, essas reservas deveriam ser integralmente do povo brasileiro, não fosse a ação entreguista dos neoliberais, que acabaram com o monopólio estatal e abriram a exploração das nossas jazidas para as empresas privadas. Criada em 1997, no governo Fernando Henrique Cardoso, a atual Lei do Petróleo (9.478/97) permite que multinacionais explorem e produzam o petróleo e gás do Brasil, se apropriem das nossas riquezas e façam o que quiser com elas.

Imaginem quantos bilhões estas empresas têm lucrado, explorando nossos recursos minerais! Um prejuízo imenso para a nação! Por isso, é URGENTE uma nova legislação para regular a indústria de petróleo, garantindo que as reservas gigantescas recém descobertas sejam controladas pelo Estado e que as riquezas produzidas sejam utilizadas prioritariamente em benefício do povo brasileiro.

40% das reservas leiloadas do Pré-Sal já estão com as multinacionais

Há mais de dez anos, nosso petróleo tem sido apropriado pelas empresas

privadas. Já foram leiloados 711 blocos petrolíferos do Brasil, num total de 3.383 áreas colocadas em licitação. Neste período, o barril do petróleo saltou de 12 dólares para mais de US\$ 100. São 72 grupos econômicos atuando no país em atividades de exploração e produção de petróleo e gás, dos quais metade são multinacionais.

O resultado é que 40% das reservas petrolíferas localizadas na área do Pré-Sal que já foi leiloada pertencem às empresas privadas. Sem contar que o mesmo governo que criou a Lei 9478/97, impondo a abertura do setor, também vendeu aos acionistas estrangeiros 38% da Petrobrás por cinco bilhões de dólares. Essas ações hoje valem US\$ 100 bilhões! Um prejuízo tremendo para a nação.

As centrais sindicais, os movimentos sociais, os estudantes e a classe trabalhadora querem assegurar que as riquezas geradas pelo petróleo brasileiro sejam utilizadas em projetos estratégicos de desenvolvimento nacional que criem empregos, distribuam renda e melhorem a qualidade de vida das populações pobres do nosso país. Por isso, precisamos urgentemente de uma nova legislação. Temos que garantir que estes recursos sejam controlados pelo Estado e utilizados em benefício do povo brasileiro.

A FUP e seus sindicatos defendem

Fim do modelo de concessão e das rodadas de licitação dos blocos petrolíferos.

Monopólio do Estado na exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural no Brasil, através de uma Petrobrás 100% pública.

Reincorporação à Petrobrás das atividades de operação e construção de dutos, terminais marítimos e embarcações para o transporte de petróleo, derivados e gás natural, acabando com a segregação imposta pelo Artigo 65 da Lei 9478/97, que resultou na criação da Transpetro S.A.

Controle social da destinação dos recursos gerados pela produção de petróleo e gás natural, através de instrumentos que garantam ao povo brasileiro os benefícios destas riquezas.

Os petroleiros têm compromisso com a soberania

A Federação Única dos Petroleiros já nasceu protagonista da luta em defesa da soberania nacional e dos interesses do povo brasileiro. Fundada em 1994, a FUP é herdeira de todas as organizações nacionais da categoria petroleira, desde o antigo Comando Nacional dos Petroleiros até o "Movimento Nacional de Defesa do Sistema Petrobrás", que atuou contra a revisão constitucional do governo Fernando Collor de Melo. Em todos os momentos da história em que a soberania energética do país esteve em xeque, os petroleiros sempre se apresentaram para o debate, não só propondo ideias, como se mobilizando em defesa dos mais relevantes interesses da nação.

A categoria protagonizou mobilizações históricas contra a privatização da Petrobrás, como a greve de 32 dias, em maio de 1995, e a campanha Privatizar faz mal ao Brasil, em 2000 e 2001. Nos últimos anos, a FUP e seus sindicatos realizaram atos públicos, passeatas e campanhas de mídia contra os leilões de concessão dos blocos petrolíferos, culminando com a ocupação da sede da Agência Nacional de Petróleo (ANP),

em novembro de 2007. Enfim, os petroleiros têm constantemente se mobilizado para reverter as tentativas de privatização da Petrobrás e os prejuízos impostos pela Lei do Petróleo.

A Federação tem também atuado institucionalmente em defesa do controle estatal e social das reservas de petróleo, chegando a apresentar diversas vezes à Presidência da República, à Casa Civil, ao Ministério das Minas e Energia e à ANP as propostas e reivindicações dos trabalhadores.

Neste momento estratégico, em que o governo começa a discutir um novo marco regulatório para o setor, os petroleiros deliberaram em seu Congresso Nacional que esta deve ser a principal luta da categoria. A FUP e seus sindicatos entendem que este debate é nacional e envolve toda a classe trabalhadora, assim como os movimentos sociais. Somente através de uma ampla mobilização, envolvendo toda a sociedade, garantiremos a correlação de forças necessária para avançarmos na luta pelo modelo regulatório que defendemos para o setor petróleo.



O petróleo é nosso e a Petrobrás, também

No final dos anos 40, quando Monteiro Lobato e outros patriotas afirmavam a necessidade de uma legislação que garantisse o controle do Estado sobre o nosso petróleo, já havia resistência por parte dos conservadores, servís aos interesses das nações estrangeiras. Tentaram barrar a mobilização dos nacionalistas e pediram um parecer a um "técnico estadunidense", um tal de Mr. Linc, que afirmou publicamente que no Brasil não havia petróleo e que qualquer investimento na exploração deste recurso seria um desperdício de dinheiro público. Ainda assim, o povo não esmoreceu e, com garra e organização, protagonizou um dos maiores exemplos de nacionalismo da nossa história, através da campanha "O petróleo é nosso", que levou o presidente Getúlio Vargas a sancionar a Lei 2004/53.

Foi essa lei que criou a Petrobrás e é por isso que os petroleiros se sentem herdeiros desta importantíssima cam-

panha nacionalista, que tomou as ruas do país no início da década de 50. Com poucos recursos e sem se deixar levar pelas incertezas impostas pelos setores que se posicionaram contra o que denominavam de "aventura", o povo brasileiro construiu a Petrobrás, que hoje é a maior empresa brasileira e uma das maiores companhias de petróleo do mundo.

Sob a égide da lei 2004/53, a Petrobrás iniciou os investimentos na exploração de petróleo no mar (Off Shore). Ainda na década de 70, a empresa descobriu os primeiros poços da Bacia de Campos. No final dos anos 80, a Petrobrás enfrentou o desafio de explorar, desenvolver e produzir petróleo e gás natural em águas profundas, quando o mundo desdenhava desse tipo de pesquisa, devido ao seu alto custo. A categoria petroleira não tem dúvida de que foram esses investimentos, viabilizados pela existência do monopólio, que permitiram ao Brasil descobrir o Pré-Sal.

O monopólio estatal e a competência dos trabalhadores da Petrobrás, construída nestes 55 anos de história da empresa, permitiram ao Brasil alcançar o estágio atual de auto-suficiência na produção de petróleo e, através do Pré-Sal, poder tornar-se um dos países com as maiores reservas petrolíferas do mundo.

O petróleo sempre esteve na mira dos entreguistas

Até recentemente, no final de 2002, a Petrobrás era impedida pelo governo de investir em seu crescimento, principalmente na área de exploração e produção de petróleo. O governo PSDB/PFL considerava esses investimentos como gastos que afetavam o resultado primário das contas públicas. Sem falar na estratégia de sucateamento da Petrobrás para privatizá-la. Quem, por exemplo, não se lembra do afundamento da P-36 e dos derramamentos de petróleo na Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, e no Rio Iguaçu, no Paraná?

Os projetos de desestabilização do monopólio da Petrobrás são anteriores a este período. Já na década de 70, os entreguistas inventaram os chamados contratos de riscos, que flexibilizaram o monopólio para as multinacionais, que por mais de dez anos exploraram o nosso subsolo, sem praticamente nada descobrir ou produzir. Durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, os petroleiros se mobilizaram para garantir ao país o controle do petróleo, até que a Constituição cidadã de 1988 acabou com os contratos de risco.

Em 1995, as tentativas de privatização da Petrobrás mais uma vez voltaram à tona e novamente a categoria petroleira resistiu aos entreguistas, inclusive realizando uma greve de mais de 30 dias, que resultou em dezenas de demissões e em multas milionárias às entidades sindicais. Em 1997, o Congresso Nacional aprovou a Lei 9.478, de Iniciativa do Executivo, que permitiu a entrada de multinacionais para explorar o petróleo do país. Apesar do governo neoliberal de FHC ter conseguido tirar da Petrobrás o papel de

representante do Estado brasileiro no monopólio do setor, os petroleiros conseguiram mobilizar a sociedade contra a privatização da empresa. A mais longa greve da história da categoria foi decisiva para impedir a privatização da Petrobras.

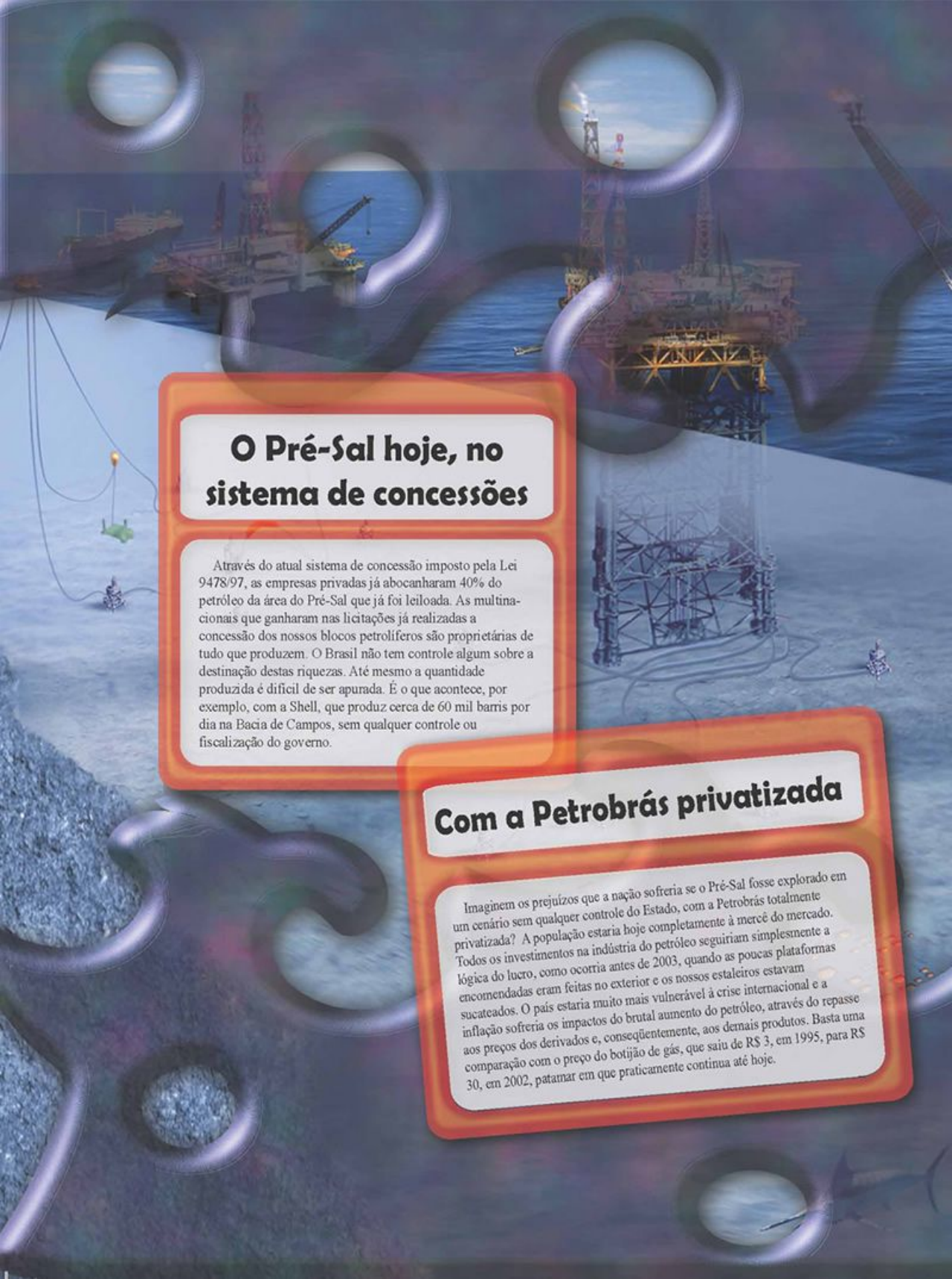
Quebraram o monopólio e agora querem o Pré-Sal

Os mesmos entreguistas que nos governos neoliberais impuseram ao povo brasileiro a quebra do monopólio da Petrobrás, abrindo o setor para a entrada das multinacionais, são os mesmos que hoje lutam contra um novo marco regulatório. Eles não conseguem admitir que, mesmo com a presença de mais de 70 empresas privadas atuando na exploração do nosso subsolo (das quais, 36 são de origem estrangeira), a Petrobrás é que descobriu o Pré-Sal.

Por isso, distorcem os fatos, argumentando que as descobertas do Pré-Sal só foram possíveis por causa da lei 9.478/1997, quando sabemos que é exatamente o oposto: o monopólio é que garantiu ao país chegar a este atual patamar. Se confrontarmos três cenários distintos para o desenvolvimento do Pré-Sal, fica evidente a importância do Estado no controle destas riquezas. Cenário 1: a atual realidade imposta pela Lei 9.478/97. Cenário 2: se o momento da descoberta do Pré-Sal fosse o do monopólio, ou seja, ainda sob a lei 2004/53. Cenário 3: se a Petrobrás tivesse sido totalmente privatizada, como queriam os tucanos, que, além de abrir o capital acionário da empresa nas bolsas de valores internacionais, tentaram até mudar o seu nome para Petrobrax.



PETROBRA

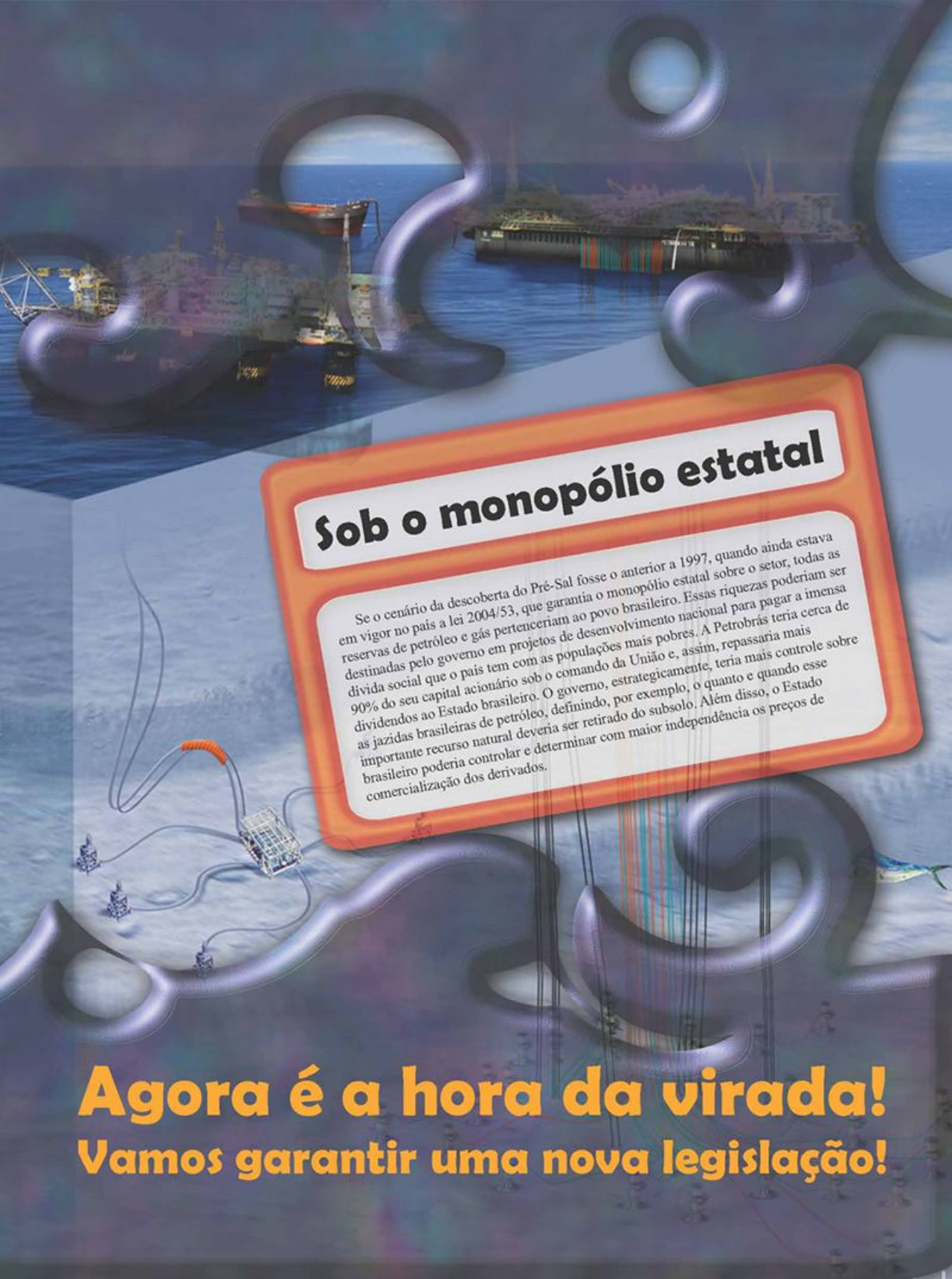


O Pré-Sal hoje, no sistema de concessões

Através do atual sistema de concessão imposto pela Lei 9478/97, as empresas privadas já abocanharam 40% do petróleo da área do Pré-Sal que já foi leiloada. As multinacionais que ganharam nas licitações já realizadas a concessão dos nossos blocos petrolíferos são proprietárias de tudo que produzem. O Brasil não tem controle algum sobre a destinação destas riquezas. Até mesmo a quantidade produzida é difícil de ser apurada. É o que acontece, por exemplo, com a Shell, que produz cerca de 60 mil barris por dia na Bacia de Campos, sem qualquer controle ou fiscalização do governo.

Com a Petrobrás privatizada

Imaginem os prejuízos que a nação sofreria se o Pré-Sal fosse explorado em um cenário sem qualquer controle do Estado, com a Petrobrás totalmente privatizada? A população estaria hoje completamente à mercê do mercado. Todos os investimentos na indústria do petróleo seguiriam simplesmente a lógica do lucro, como ocorria antes de 2003, quando as poucas plataformas encomendadas eram feitas no exterior e os nossos estaleiros estavam sucateados. O país estaria muito mais vulnerável à crise internacional e a inflação sofreria os impactos do brutal aumento do petróleo, através do repasse aos preços dos derivados e, conseqüentemente, aos demais produtos. Basta uma comparação com o preço do botijão de gás, que saiu de R\$ 3, em 1995, para R\$ 30, em 2002, patamar em que praticamente continua até hoje.



Sob o monopólio estatal

Se o cenário da descoberta do Pré-Sal fosse o anterior a 1997, quando ainda estava em vigor no país a lei 2004/53, que garantia o monopólio estatal sobre o setor, todas as reservas de petróleo e gás pertenceriam ao povo brasileiro. Essas riquezas poderiam ser destinadas pelo governo em projetos de desenvolvimento nacional para pagar a imensa dívida social que o país tem com as populações mais pobres. A Petrobrás teria cerca de 90% do seu capital acionário sob o comando da União e, assim, repassaria mais dividendos ao Estado brasileiro. O governo, estrategicamente, teria mais controle sobre as jazidas brasileiras de petróleo, definindo, por exemplo, o quanto e quando esse importante recurso natural deveria ser retirado do subsolo. Além disso, o Estado brasileiro poderia controlar e determinar com maior independência os preços de comercialização dos derivados.

Agora é a hora da virada!
Vamos garantir uma nova legislação!



As riquezas do Pré-Sal são do povo brasileiro!

Em todos os momentos necessários, os petroleiros se mobilizaram junto com a sociedade para impedir a entrega do nosso petróleo. As descobertas do Pré-Sal impõem novas frentes de luta não só para os trabalhadores petroleiros, mas, principalmente para toda a sociedade civil organizada. As centrais sindicais, os estudantes, movimentos sociais, intelectuais e todos os nacionalistas têm que se mobilizar por uma nova legislação, que permita ao Estado brasileiro controlar e planejar onde serão investidos os recursos oriundos do Pré-Sal.

O petróleo ainda é a mais importante fonte de energia do planeta. Por causa deste recurso estratégico, muitos países entram em guerra. Quase todos os últimos conflitos armados passam pela busca do controle das reservas de petróleo. Desde o anúncio da existência de imensas reservas de petróleo leve na camada pré-sal, o governo de George Bush entrou em cena, reativando a Quarta Frota Naval e questionando o nosso limite de autonomia além das 200 milhas da costa brasileira.

Portanto, este é o momento do povo brasileiro estabelecer as condições necessárias para garantirmos efetivamente a soberania nacional, através do

controle estatal e social das riquezas do Pré-Sal. Mais do que nunca, precisamos de mudanças urgentes na legislação do setor. Desde a promulgação da Lei 9.478/97, a FUP e seus sindicatos já apontavam os riscos para o país. A atual legislação e a venda das ações da Petrobrás representaram crimes de lesa pátria, que agora precisam ser reparados.

Os petroleiros têm propostas e idéias que querem discutir com outros setores da sociedade, pois entendem a energia como um bem básico para o desenvolvimento econômico e social do país, de forma sustentável. Por tudo isso, a Federação Única dos Petroleiros conclama as demais categorias a somarem-se a esta luta, ampliando nacionalmente o debate sobre o modelo regulatório da indústria de petróleo. Este é o caminho para garantirmos que os interesses do povo brasileiro estejam acima dos interesses meramente econômicos que estão por trás desta disputa.

Nossa luta é para que a sociedade e o Congresso Nacional tenham a dimensão histórica do atual momento, garantindo a possibilidade de um futuro melhor e sustentável para as novas gerações, através de uma nova legislação para o setor petróleo.



EXPEDIENTE

Publicação da Federação Única dos Petroleiros -
www.fup.org.br Redação e Edição: Alessandra Murteira - MTB 16763 Projeto gráfico e diagramação: Márcio Antônio Rezende Diretores da FUP: João Antônio de Moraes, Marluizio Ferreira Dantas, Sinval Gonzaga Lordelo, José Genivaldo da Silva, Aldemir Caetano, Daniel Samarate Francisco Ramos Rocha, Ester Bárbara da Silva, Leopoldino Ferreira Paula, José Divanilton Silva, Simão Zanardi Filho, Jorge Machado Freitas, Paulo César Martin, Francisco Rocha Ramos-(Chicão), Anselmo Ernesto Ruoso Júnior, Ubiraney Riberio Porto



O Brasil precisa da sua assinatura!

Para garantir que as riquezas do Pré-Sal sejam do povo brasileiro, a Federação Única dos Petroleiros (FUP) e seus sindicatos filiados estão coletando assinaturas para apresentar ao Congresso Nacional um projeto de lei de iniciativa popular, que consolide o monopólio estatal do setor petróleo, o fim das concessões para exploração das reservas brasileiras, a destinação social destas riquezas e o fortalecimento da Petrobrás enquanto empresa eminentemente pública. Um projeto de lei de iniciativa popular requer um milhão e trezentas mil assinaturas, conforme previsto pela Constituição.

Os empresários, as multinacionais, a mídia e os políticos que representam

estes segmentos já deixaram claro que são contra mudanças na Lei do Petróleo. Portanto, é fundamental que a população participe desta luta, pois, só assim, poderemos garantir a soberania energética do país e o controle estatal e social das riquezas geradas pelo nosso petróleo.

Acesse os formulários do abaixo assinado na página da FUP www.fup.org.br. Após coletar as assinaturas, envie o documento para os sindicatos filiados à Federação, cujos endereços estão também na página da FUP, na internet. Maiores informações podem ser obtidas por telefone: (21) 3852-5002 ou por e-mail: soberania@fup.org.br e imprensa@fup.org.br.

DO BOM AMIZ COMPAÑHEIRO.
MEXEU COMIGO.
ICITARIOS DA USINA HENRY
DEN... PETROLEIROS



FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS



CUT
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES



CUT
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES